

Em “busca de dias melhores”: cultura e política como práticas institucionais na Baixada Fluminense¹

Ana Lucia Silva Enne²

1 Este artigo é uma versão ampliada do trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Cultura das Mídias do XXI Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), na Universidade Federal de Juiz de Fora, em junho de 2012.

2 Professora do curso de Estudos de Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal Fluminense (UFF), doutora em antropologia pela PPGAS-MN- Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). anaenne@gmail.com

Resumo

Neste artigo, nossa proposta é pensar como se configura a relação entre cultura e política em dois contextos específicos de atuação institucional na Baixada Fluminense: nas ações das casas de cultura que proliferaram nos anos 80/90 e nas das ONGs que agora, em 2000/2010, efetuam práticas culturais na região. Partindo da premissa de que há uma substancial mudança na forma de percepção da ideia de cultura, sem com isso perder de vista seu lugar central, buscamos mapear como se constroem as imbricações entre cultura e política, dentro de um contexto fortemente atravessado por uma cultura midiaticizada, como é o da contemporaneidade.

Palavras-chave

Cultura, política, práticas midiáticas.

Abstract

Our proposal in this paper is to analyze how the relationship between culture and politics presents itself in two specific contexts of institutional action found at the Baixada Fluminense (Fluminense Lowlands in Rio de Janeiro): the actions of the Cultural Houses emerged in the 80's and 90's and the actions of the NGO's that currently (2000/2010) have developed cultural practices around the place. Considering the premise of there being a significant change in how the idea of culture is understood at the same time its central role is not left aside, we try to map how the interconnections between culture and politics are built within a context highly crossed by a mediatized culture as contemporaneity is.

Keywords

Culture; politics, mediatic practices.

Considerações iniciais

Desde sua configuração como categoria-chave da modernidade ocidental, a ideia de cultura vem sendo objeto das disputas mais diversas. Aqui, neste artigo, parte desse processo de luta em torno da atribuição de sentido para esse signo nos é importante para pensar as relações entre os domínios da cultura e da política em um contexto específico, o das últimas décadas em uma região de periferia do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense, e, especialmente, como tais jogos significativos estão imersos na consolidação de uma cultura das mídias, pautada por uma série de lógicas, que de forma incisiva vão contribuir para as ações concretas dos sujeitos no contexto selecionado.

O que se pretende analisar, de forma mais focada, é o lugar da cultura na construção de estratégias políticas por agências e agentes da Baixada Fluminense, tomando como recorte dois momentos específicos: as décadas de 80 e 90, quando vicejavam na região diversas "casas de cultura"; e os anos 2000-2010, quando a maior parte dessas casas ou desaparece ou é readaptada, sendo substituída, em ambos os casos, por uma outra forma de atuação pública, quase sempre ONGs, que também elegem cultura como categoria estratégica de suas ações. A partir desse recorte, queremos pensar: o que se entende por cultura em uma e em outra contextualização? Como se dá, tanto no caso das casas de cultura quanto das ONGs que atuam na Baixada Fluminense, a imbricação entre cultura e política? De que forma concepções diferentes em torno da ideia de cultura articulam práticas similares ou diferentes de atuar politicamente na região, visto que, em ambos os casos, a possibilidade de um tipo de intervenção política está sempre presente? Mais ainda: como as diversas concepções de cultura em jogo interferem nas formas de conceber também a política? E, por fim, mas fundamentalmente, como se configuram esses domínios da cultura e da política dentro de uma sociedade cada vez mais midiaticizada? Quais as relações entre as visões de mundo e as formas de agir desses sujeitos e sua imersão em uma cultura das mídias? Como operam, em seus projetos estratégicos, com as tecnologias de comunicação e informação?

Tais perguntas motivaram a elaboração de um projeto de pesquisa, “Das Casas de Cultura às ONGs na Baixada Fluminense: reflexões sobre cultura, política, mídia, consumo e juventude”, que venho desenvolvendo há alguns anos.³ As questões apresentadas acima foram surgindo a partir da percepção de que existia um fio condutor na ação de agências de forte penetração e atuação na Baixada, as Casas de Cultura, que se tornaram moda em fins da década de 80 e início dos anos 90, e na atuação de organizações não governamentais que hoje prosperam na região. Tal fio condutor, a meu ver, remete diretamente à centralidade da categoria cultura. No que diz respeito às casas de cultura, esse caráter fulcral é explícito, inclusive pelo nome escolhido para batizar instituições dessa natureza. Porém, pude perceber após diversas experiências de pesquisa, incluindo uma etnografia ainda em andamento,⁴ que, mesmo não nominada, cultura segue sendo categoria-chave para as instituições que atuam na região. Nesse sentido, não me parece ter havido uma mudança no *lugar da cultura* como eixo central das ações, mas sim na *ideia de cultura* (tomando uma expressão feliz de Terry Eagleton). Nos dois casos, no entanto, percebe-se a *centralidade da cultura*, na perspectiva já consagrada por Stuart Hall, que soube captar que, como conceito polissêmico, a concepção de cultura está sempre em deslocamento e em disputa, sem perder seu lugar proeminente, e que, principalmente por ocupar um lugar central no mundo contemporâneo, ela deve ser compreendida em suas nuances e jogos semânticos. Essa é, de forma sintética, a questão que desenvolveremos de maneira mais detalhada neste artigo.

3 Esse projeto foi contemplado, em 2009, no edital “Jovem Cientista do Nosso Estado”, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), que também tem concedido uma bolsa de iniciação científica para a pesquisa.

4 Além do projeto já citado, desenvolvo a subpesquisa “Resistências e re-existências: práticas de comunicação entre jovens da Baixada Fluminense”, com apoio de uma bolsa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)/UFF.

A centralidade da cultura nas sociedades contemporâneas

Em texto já clássico, "A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo", Stuart Hall chama a atenção para o caráter cada vez mais dominante da cultura na sociedade contemporânea. Mesmo reconhecendo que, em alguma medida, a cultura sempre foi decisiva na vida das sociedades, Hall detecta, nos últimos 50 anos, um adensamento do papel da cultura na constituição de todos os aspectos da vida social.⁵

Para sustentar seu argumento, o autor nos lembra que a cultura ocupa hoje esse lugar central por diversos motivos. Em primeiro lugar, pela relação direta entre o campo da cultura e a produção simbólica/material da realidade. Segundo Hall, o Ocidente sediou, em meados do século XX, uma "revolução cultural", posteriormente expandida, via globalização, em escala global. O advento de uma acentuada cultura do consumo, criando fortes associações entre os objetos e seus usos significativos, tanto na estruturação da sociedade quanto na formação das subjetividades, é sem dúvida componente fundamental nesse processo. Da mesma forma, evidencia-se de maneira mais explícita a relação entre a cultura e os processos de construção social das identidades. Seguindo essa mesma lógica, a consolidação, a expansão e a multiplicação de uma cultura fortemente midiaticizada vão garantindo que o campo da cultura cada vez mais penetre campos antes concebidos como em separado, como a economia e a política. Cada vez mais, nos lembra Hall, fica evidente que toda disputa social é, em grande medida, discursiva, envolvendo a produção de sentidos, o que leva, segundo sua reflexão, à crescente centralidade da cultura na sociedade contemporânea. Por isso mesmo, para Hall, a revolução cultural se apoia tanto em um lado empírico, claramente material, em que há uma maior circulação de bens a serem consumidos; quanto no que se refere à expansão do plano simbólico nas demais esferas da vida cotidiana. Como afirma Hall: "a

5 Parte das reflexões teóricas apresentadas neste trabalho resulta de discussões coletivas no curso dado por mim em 2010 no PPGCOM-UFF, acerca das múltiplas acepções do conceito de cultura. Agradeço aos alunos e, em especial, a Lia Bahia, que em excelente trabalho final sistematizou com detalhes a lógica do curso.

expressão 'centralidade da cultura' indica aqui a forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, *mediando* tudo" (HALL, 1997, p. 22, grifo do autor).

Indo ao encontro de outros pensadores da mesma tradição marxista de estudos culturais, Hall chama a atenção para a necessidade de pensarmos o plano da cultura como fundamental caso queiramos analisar as demais esferas da estrutura social. Ao contrário de uma visão mais dura do marxismo, que tende a relegar a cultura a um plano superestrutural — e, portanto, derivativa da economia e da política —, ele assinala que a cultura "não pode mais ser estudada como uma variável sem importância, secundária ou dependente em relação ao que faz o mundo mover-se; tem de ser vista como algo fundamental, constitutivo, determinando tanto a forma como o caráter deste movimento, bem como a sua vida interior" (HALL, 1997, p. 23). Em outro trabalho, Hall (2003) chama a atenção para a necessidade de conjugar uma reflexão que não perca de vista os aspectos sobredeterminantes da ideologia, no sentido proposto por Marx, com um viés culturalista, a partir da contribuição de Gramsci. É desse pensador que Hall parte ao propor que a política deve ser sempre pensada de forma ampliada, ligada às lutas discursivas, em que a cultura ocupa lugar central. Nas palavras de Hall:

Por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos — e mais imprevisíveis — da mudança histórica no novo milênio. Não deve nos surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumam progressivamente a feição de uma "política cultural" (HALL, 1997, p. 20).

Hall, evidentemente, chama a atenção para o cuidado em não afirmar que a cultura determina ou subordina as demais práticas sociais. Em suas palavras:

O que se argumenta, de fato, não é que "tudo é cultura", mas que toda prática social depende e tem relação com o significado: conseqüentemente, que a cultura é uma das condições constitutivas de existência dessa prática, que toda prática social tem uma dimensão cultural. Não que não haja nada além do discurso, mas que toda prática social tem o seu caráter discursivo (HALL, 1997: 33).

Assim, práticas econômicas ou práticas políticas, por exemplo, também estão envoltas em lutas por significação, tendo, dessa forma, sua dimensão cultural. Como conclui Hall (1997, p. 34): "toda prática social tem condições culturais ou discursivas de existência".

Se entendemos que a cultura é parte constitutiva de toda prática social e que na contemporaneidade essa dimensão ocupa cada vez mais um lugar central, acreditamos que olhar para a questão da cultura é hoje fundamental para mapearmos formas de atuação política. Ainda seguindo Hall (1997, p. 35), há uma intensa relação entre cultura e poder, pois "quanto mais importante — mais "central" — se torna a cultura, tanto mais significativas são as forças que a governam, moldam e regulam". Há, portanto, uma dupla imbricação entre cultura e política: em primeiro lugar, a produção de significado é dimensão fundante da luta política, ou seja, é preciso entender as formas de ação política em sua relação com as práticas culturais; e, cada vez mais, essa associação se externa e se assume, levando à constituição de políticas culturais expressivas, em que o sentido de cultura aparece fortemente marcado por aspectos deslizantes entre forma de ação política, no sentido de intervenção no mundo, forma de construção de subjetividades e identidades pessoais e grupais e forma de mercadoria, dentro de uma lógica de produtividade, distribuição, consumo, fruição e descarte.

Sobre esses aspectos, pretendemos falar nos próximos itens deste artigo, buscando outros autores e exemplos empíricos retirados de nossa pesquisa e reflexão.

A concepção de cultura em jogo no contexto de efervescência das casas de cultura

Em fins dos anos 80, tive a oportunidade de atuar como repórter no *Globo Baixada*, caderno de bairros que vinha encartado no jornal principal aos domingos. Como política editorial, foi pedido aos repórteres que faziam o caderno que buscassem “uma outra Baixada”, visto que a região estava relacionada, naquele contexto, a uma imagem pública marcadamente estigmatizada, associada a violência, “desovas” de cadáveres, péssimas condições de vida etc. Nosso esforço, então, foi o de buscar fontes que nos mostrassem lados mais culturais da região, o que nos levou a conhecer uma série de instituições, algumas ligadas à questão da história, como institutos históricos e centros de memória, e outras diretamente ligadas a atividades culturais, em sua maioria batizadas de casas, centros ou espaços “de cultura”. Enquanto as primeiras estavam mais diretamente ligadas a famílias tradicionais da região, bem como a órgãos públicos, como as secretarias municipais de cultura da Baixada Fluminense, as casas de cultura, de maneira geral, se pautavam por maior autonomia e, em muitos casos, por uma intrínseca relação com os movimentos sociais que também se consolidavam no período, em especial as associações de moradores e os agrupamentos relacionados às lutas das minorias, como os movimento dos negros, dos trabalhadores, das mulheres e da Teologia da Libertação, entre outros.

Assim, encontrei, naquele cenário, uma proliferação de instituições diretamente ligadas às práticas culturais, destacando-se: a Casa de Cultura de São João de Meriti; a Casa de Cultura de Nova Iguaçu; o Centro Cultural Donana, em Belford Roxo; o Centro Cultural Guerreiros Unidos, de Heliópolis; o Espaço Cultural Jacob do Bandolim, de São João de Meriti; o Cecip (Centro de Criação de Imagem Popular), de Nova Iguaçu; o Centro Cultural Olga Teixeira de Oliveira, em Duque de Caxias; e a Biblioteca Comunitária Oscar Romero, em Mesquita; entre outras. Mesmo onde e quando não existiam tais instituições estabelecidas formalmente, ações culturais eram promovidas por centros e

associações ligados aos movimentos populares. Havia um trabalho já articulado, quase sempre relacionado aos movimentos sociais que atuavam na região, por terem uma penetração na mídia de massa — em especial, nos jornais de circulação local —, por serem reconhecidos pela população e por terem um discurso fortemente politizado.

Assim, a cultura era entendida, como podemos ver a partir do material analisado e de nossas percepções etnográficas, como forma de expressão popular e de aprendizagem, associada à formação dos sujeitos sociais, visando algumas finalidades: garantir formas não hegemônicas de expressão, quase sempre representativas de vozes excluídas; e instrumentalizar os sujeitos, via cultura, para a prática política, para a luta por melhorias em suas condições de vida. A cultura era o eixo fundamental, mas entendida como meio, caminho para atingir finalidades mais importantes: cidadania, ativismo político, resistência, transformação social, construção de imagens mais positivas para a região, forma de ampliar a visão de mundos dos sujeitos locais etc. Há claramente, nesse contexto, uma dimensão política diretamente atrelada à prática cultural, em que a cultura é intermediária dentro de um projeto maior, no qual a proeminência é destinada ao campo político no sentido mais estrito.

Como conceito polissêmico, cultura se construiu historicamente em torno de múltiplos sentidos. No entanto, na modernidade, podemos perceber a consolidação e a imposição de alguns sentidos sobre os demais.⁶ Assim, a partir dos embates "românticos versus iluministas", que atravessaram os séculos XVIII e XIX, algumas noções básicas se consagraram em torno da ideia de cultura: a) por um lado, ela estaria relacionada ao conhecimento acumulado e adquirido, especialmente via educação formal, permitindo o aparecimento do sujeito racional, culto e esclarecido, tão caro ao Iluminismo. Por essa perspectiva, seria possível classificar os sujeitos/grupos a partir de níveis de cultura, em um viés polarizador, da falta à completude, do inculto ao culto, tendo como polo positivo exatamente a figura do sujeito do Iluminismo;

6 Cf.: CUCHE (2002) e KUPER (2002).

b) por outro lado, pela via romântica, a cultura passa a designar o espírito de um povo, uma alma, uma natureza, medido por graus de singularidade e autenticidade. Dessa vertente, vai ser gerada a concepção, cara à antropologia, do significado da cultura como toda produção material e simbólica de um grupo, aquilo que o constitui e o diferencia. Por essa perspectiva, todos os sujeitos/grupos possuem cultura, e as culturas podem se misturar em alguma medida, mas cada cultura possui a sua distinção.

Essas duas concepções vão vigorar fortemente até meados do século XX, quando uma série de estudos coloca em cena uma terceira possibilidade: a compreensão de que a cultura é ação significativa; portanto, implica produção de sentido a partir da interpretação dos atores em cena. Tal perspectiva relativiza as concepções anteriores de cultura, quebrando suas leituras mais estáticas e valorativas em prol de um olhar mais complexo. Com a contribuição de uma série de saberes construídos em torno da compreensão da cultura, como a própria antropologia, os estudos culturais, a história cultural, a análise do discurso e a crítica literária, para citar alguns somente, tal concepção foi sendo alargada, recuperando uma importante dimensão que a perspectiva relativista mais extremada acabava por desconsiderar: a cultura como lugar de disputas, de luta pelo sentido, de arena pelo direito de significar.⁷ Cada vez mais, a dimensão política da cultura passa ser considerada, e a imbricação desses dois campos se acentua.

Quando pensamos na concepção de cultura presente na ação das casas de cultura que atuavam na Baixada Fluminense no início dos anos 90, percebemos um embaralhamento das três concepções destacadas acima. Por um lado, há ainda um viés iluminista presente, entendendo-se que a cultura é caminho fundamental para conscientizar e iluminar os sujeitos, de maneira a reforçar seus conhecimentos para ajudá-los a escapar das armadilhas da alienação e da dominação. Ao mesmo tempo, existe uma ideia clara de que há uma cultura popular na Baixada Fluminense, fortemente relacionada aos movimentos

7 Ver BHABHA (1998) e HALL (2003).

de minoria, que são representativos de formas de pensar que precisam de espaços de visibilidade, função a ser ocupada pelas casas de cultura. Por fim, a cultura aparece como arma fundamental para a luta política, pensada dentro de paradigmas modernos, envolvendo movimentos de massa, consciência de classe, busca da transformação social e mudanças sociais. Nesse sentido, evidentemente, a cultura é importante, tanto que dá título às instituições, mas seu papel é intermediário, caminho a ser percorrido para o que de fato importava: cidadania, ilustração, conhecimento, consciência política, luta de classe.

Assim, não havia um foco específico em termos de público-alvo nas ações desenvolvidas. Eram realizados eventos e projetos para todas as faixas etárias, concentrados quase sempre em conseguir a adesão de moradores locais, dentro de uma perspectiva, cara aos movimentos sociais, de trabalhar com o entorno. Assim, quando a Casa de Cultura de São João de Meriti criou o evento "Arte e cidadania", ao qual voltaremos adiante, encontramos a seguinte proposta, nas palavras de Delmar José, um dos organizadores:

Nosso objetivo é diversificar ao máximo nossas atrações. Queremos ter o maior número possível de atividades culturais, voltadas para todos os moradores do Município, de diferentes faixas etárias. Nosso objetivo é unir conceitos de cultura e cidadania, além de estimular as atividades artísticas na Baixada (*O Globo Baixada*, 20 out. 1991).

Para isso, eram utilizadas estratégias de comunicação local, como rádios e tevês comunitárias, bem como jornais murais fixados em lugares de acesso público (como escolas, estabelecimentos comerciais, clubes etc.), carros de som, serviço de alto-falante e distribuição de folhetos e fanzines. Em matéria publicada no *Globo Baixada* de 28 de outubro de 1990, temos um exemplo de um tipo de ação midiática utilizando alto-falantes: "Somente na Baixada Fluminense, são sete dessas 'estações caseiras', proporcionando entretenimento, espaço publicitário aos pequenos comerciantes e, o mais importante, um veículo aberto à comunidade". A mídia era pensada como parceira, no sentido de ajudar

na divulgação dos eventos, e para isso contribuiu muito, naquele contexto, o início da produção de dois cadernos locais encartados em jornais de grande circulação, *O Globo Baixada* (criado em 1989) e *O Dia Baixada* (criado em 1990). Da mesma forma, já havia uma embrionária tentativa dos sujeitos sociais de se apoderarem de algumas tecnologias midiáticas, produzindo e divulgando seus próprios conteúdos.

Podemos tomar como ilustração paradigmática o caso da TV Maxambomba, ligada ao Cecip (Centro de Criação em Imagem Popular, hoje uma ONG que atua em várias frentes), que funcionou em Nova Iguaçu de 1989 a 1998. A proposta principal era apresentar, com exibições em telões armados em praças públicas, produções feitas por moradores — que muitas vezes atuavam nos vídeos—, retratando questões e problemas locais. Ligada a alguns movimentos atuantes na região, em especial o movimento negro e as associações de moradores, a Maxambomba tinha como sua principal meta colaborar para a conscientização do habitante da região. Como afirma Clarissa Staffa Nascimento,

a TV Maxambomba faz parte de um momento em que já havia um acúmulo de experiências com comunicação popular, desenvolvidas desde 1970 por grupos ligados à Igreja, sindicatos, associações de bairros, ONGs, movimentos sociais e populares, que se apropriaram das tecnologias de informação audiovisual, especialmente o “vídeo popular”, para organizar suas lutas, formar militantes, para discutir e reforçar suas estratégias políticas de ação (NASCIMENTO, 2009, p. 1).

A experiência da Maxambomba, exemplar para pensarmos tantas outras que vinham sendo realizadas na região, em especial através das casas de cultura e similares, remete à consolidação de algumas ideias fundamentais naquele contexto: a) abertura política, permitindo maior ação dos sujeitos comuns na cena pública; b) crescimento dos movimentos populares e comunitários; c) formação de consciência e militância como estratégias fundamentais na luta política; d) novas possibilidades de ação através de uma embrionária e ainda tateante apropriação de formas de comunicação.

Assim, no início dos anos 90, casas de cultura e instituições afins proliferavam e se consagravam na Baixada Fluminense, como apoio expresso dos jornais de grande circulação. Em manchete na edição de 2 de junho de 1991, *O Globo Baixada* afirma: "Casa de Cultura: um ano de sucesso", a respeito da Casa de Cultura de Nova Iguaçu, que teria aberto caminho para outras iniciativas desse feito na concepção do jornalista. Da mesma forma, espaços emergentes procuravam fazer parcerias com os já instituídos, como o Centro Cultural Alternativo, de Nova Iguaçu, que, conforme narra o *Globo Baixada* de 31 de março de 1991, buscava "formar uma espécie de circuito, criando intercâmbios com outros centros". Era, portanto, um momento de efervescência em torno da ideia de cultura como eixo fundamental para a luta política e para a construção de uma nova Baixada. Por isso, o forte intercâmbio entre as atividades culturais e os movimentos populares que atuavam no cenário político naquele contexto.

Também para exemplificar, podemos citar os eventos culturais promovidos pela Amem (Associação dos Moradores Esportistas da Mirandela), que tinham como objetivo "mostrar para nossas crianças um outro lado da vida, que é o mundo das artes e da cultura, que praticamente não aparece na Baixada. Além disso, queremos frisar como a comunidade pode ser um agente transformador da realidade" (*O Globo Baixada*, 11 nov. 1990). Da mesma forma, ao promover o evento "Arte e cidadania" (*O Globo Baixada*, 10 Nov. 1991), a que já nos referimos anteriormente, a Casa de Cultura de São João de Meriti (uma das poucas ainda em ação, como indicaremos adiante) tinha por objetivo, nas palavras de um de seus principais líderes, Jorge Florêncio, "conciliar os conceitos de cidadania com as várias expressões da cultura na Baixada". A articulação entre os movimentos sociais/comunitários e a prática cultural fica ainda mais evidente quando tomamos ciência da luta da ABM (Federação das Associações de Moradores de São João de Meriti) para constituir uma sede para seu Centro de Formação Artística (a mesma Casa da Cultura referida acima), como vemos em matéria do *Globo Baixada* de 3 de fevereiro de 1991. Nas palavras de Angélica de Jesus Santos, membro da ABM: "A inauguração da sede será a consolidação

de todo o processo político que vem sendo desenvolvido em prol da cultura”. Com o reforço de Jorge Florêncio, um dos diretores da federação, que afirma, na mesma matéria:

Por trás do objetivo de incentivar a cultura segue a nossa ideia fundamental: dentro dos princípios de trabalho e liberdade pretendemos reforçar os conceitos de cidadania, dando oportunidade aos cidadãos de fazerem a sua história. Por trás do esporte e do teatro, atividades básicas da Casa de Cultura, também seguirá a intenção de fortalecer o movimento popular e promover a formação do cidadão.

No entanto, mesmo com boas intenções, algum tipo de parceria com o poder público, trabalho voluntário entusiasmado e apoio da mídia consolidada, as instituições culturais passavam por sérios problemas para se manterem ativas. Em matéria de 20 de outubro de 1991, com o título “Movimento para salvar espaço cultural”, *O Globo Baixada* reporta as dificuldades para a manutenção da Casa de Cultura Jacob do Bandolim. No Espaço Cultural Donana, a falta de recursos leva seus idealizadores a terem gastos pessoais para o sustento das atividades, como narra Dida, um dos diretores: “Estou fazendo uma reforma com recursos próprios, já que acredito no potencial e na importância desse local para a vida da comunidade” (*O Globo Baixada*, 6 out. 1991). Outra solução era buscar recursos com a iniciativa privada, o que aos poucos afastava as instituições de sua relação original com as associações de moradores. Assim nos informa *O Globo Baixada*, em matéria de 22 de março 1992: “No início, o trabalho era ligado às associações de moradores. Hoje, a Maxambomba busca o apoio de patrocinadores”. A falta de recursos muitas vezes levava os espaços a não terem uma programação contínua — “O Centro Olga Teixeira de Oliveira, da Fundação J.Lazaroni, que muitos deram como definitivamente fechado após as eleições, reabriu suas portas com uma programação cultural que promete movimentar Caxias até o início do próximo ano” (*O Globo Baixada*, 2 dez. 1990) — ou à busca de recursos alternativos para manutenção do funcionamento dos espaços:

Sérgio Luiz de Jesus, 29 anos, jornalista, pode ser considerado um herói no bairro onde mora. Passa uma vez por semana em 50 casas de Vila Rosaly, São João de Meriti, recolhe todo o lixo que pode ser reciclado e aplica o dinheiro na manutenção da Casa de Cultura Elias Regina. (*O Globo Baixada*, 16 fev. 1992).

A casa de cultura de Nova Iguaçu está correndo o risco de fechar devido a problemas financeiros. Sem qualquer ajuda de órgãos públicos, ela vem tentando buscar o apoio de empresas para realizar projetos e se manter em funcionamento. Mesmo assim, ainda são poucas as firmas que resolvem investir em cultura e as taxas cobradas para a inscrição em alguns cursos não têm sido suficientes para cobrir todas as despesas (*O Globo Baixada*, 15 mar. 1992).

A situação acabou rendendo uma reportagem especial do *Globo Baixada*, de 22 de março de 1992, com o significativo título "*Cultura busca dias melhores*" (grifo nosso), na qual os jornalistas descrevem que "os centros culturais da Baixada andam fazendo campanhas para arrecadar dinheiro. Em Nova Iguaçu e São João de Meriti, as mais importantes casas culturais estão promovendo vaquinhas para não correrem o risco de fechar".

Em 1993, o quadro já é outro. Referindo-se à Casa de Cultura de São João de Meriti, que se mantém ativa até hoje, o jornal afirma: "Único centro cultural da Baixada a manter uma programação permanente, a Casa da Cultura-Centro de Formação Artístico e Cultural de Meriti completa seu segundo aniversário em junho, oferecendo como presente a São João de Meriti a promessa de mais cultura" (*O Globo Baixada*, 14 mar. 1993) A cultura, como entendida nas ações acima descritas, ia cada vez mais perdendo espaço. Novas formas de concebê-la iam entrar em cena, equacionando alguns dos problemas para sua manutenção e deslocando seus sentidos, como analisaremos a seguir.

Os deslocamentos na ideia de cultura nas ações estratégicas das ONGs

Em sua dissertação, Clarissa Nascimento recorre a esclarecedores depoimentos de pessoas que participaram das atividades da TV Maxambomba para indicar como suas ações estavam diretamente ligadas aos movimentos

populares e como elas acabavam tendo, na visão de seus realizadores, alguns problemas, como um alcance limitado, sensibilizando, em geral, somente os que já eram militantes — além da percepção de que havia uma tentativa de “instrumentalizar” o Cecip para apoiar determinados candidatos dos movimentos populares, gerando entraves para sua autonomia. Tais constatações, somadas às mudanças que nos anos 90 vão se processar no interior dos movimentos populares, contribuem para a guinada na direção das ações do Cecip, que irá se organizar mais fortemente como uma organização não governamental nos moldes mais pós-modernos, pensada dentro de uma lógica mais produtiva e sistematizada, trabalhando com financiamento via editais e focando suas ações mais diretamente em públicos específicos, em especial jovens e adolescentes.

Esse movimento não se dará somente com o Cecip; de certa forma, marca a atuação de grande parte das ONGs que atuam na região, conforme temos observado. Mais ainda: são signos de uma nova forma de atuação política, em que em geral a visibilidade dada à militância e à busca de uma ação efetiva de transformação social é substituída por um tipo de ação mais subjetiva, em que se pretende, via cultura, atingir individualmente os sujeitos envolvidos. Palavras como “empoderamento”, autoestima, valorização e subjetividade, entre outras, passam a substituir as antigas palavras de ordem nos projetos que disputam os editais de financiamento, com o paulatino apagamento das ideias de militância, consciência de classe, alienação, mudança social etc. na maioria das instituições que hoje atuam no campo da cultura na região.

Várias mudanças podem ser percebidas nas novas formas de atuação em torno da cultura na região. Em primeiro lugar, a paulatina autonomização das instituições em relação aos movimentos sociais. Estabelecidas como organizações não governamentais, em geral, mantêm seus projetos a partir de verbas de editais de fomento, governamentais ou privados. Para isso, há um visível esforço em dominar os códigos de acesso a esses editais, tanto

em termos de uma aprendizagem formal quanto em termos de organização sistemática e de incorporação de termos, sentidos, lógicas e saberes que regem os editais de forma geral.

Como dissemos acima, mudaram as palavras-chave. Com elas, mudam também os sentidos em disputa no campo da cultura. Se no contexto anterior a cultura era de forma geral percebida como um meio para a atuação no campo da política, ela agora está ocupando um lugar final, sendo o objetivo de uma lógica política. Podemos falar, no contexto atual, da implementação de políticas culturais, que atravessam de forma contínua os editais de fomento — em sua maioria destinados a públicos segmentados, em especial crianças e jovens —, em que a formação cultural, embora não deixe de em alguma medida estar relacionada à busca da consciência e da mudança social, conduz muito mais a ações no plano das subjetividades.

Tais mudanças são também atravessadas por uma lógica produtiva. Os editais de fomento quase sempre implicam cobrança de resultados, muitas vezes relacionados à geração de produtos concretos, que devem justificar o investimento. Há, nesse sentido, um atravessamento das lógicas do mercado na produção política da cultura, acarretando limites temporais para as atividades e pressão por metas e cumprimento de objetivos acordados.

Em muitos casos, tais produtos previstos estão relacionados a uma outra característica das práticas culturais nas instituições que temos mapeado: a correlação intensa com as novas tecnologias de comunicação e informação. Se na ação das casas de cultura dos anos 80/90 o uso de ferramentas midiáticas é quase sempre de parceria ou ainda embrionário, nas estratégias contemporâneas as práticas de comunicação ocupam lugar central. Parte das estratégias de "empoderamento" dos sujeitos tem passado pela necessidade de fornecer formas de produção midiática que permitam que eles protagonizem suas práticas comunicacionais, expressando-se de forma mais livre e autoral,

construindo suas próprias maneiras de visibilidade e projeção. Nesse sentido, muitos projetos envolvem produção de sites, vídeos, jornais, rádios on-line, blogs, fanzines e filmes, entre outras práticas midiáticas.

Podemos compreender essa interseção com a cultura midiática, no entanto, para além de um uso logístico das ferramentas de comunicação. Trata-se, a nosso ver, de uma imbricação, no que tange às formas de atuação dessas ONGs, com formatos consolidados em torno de uma cultura midiática hegemônica, “espetaculizada”, imagética, volátil, produtiva e despolitizada, em relação aos modelos de fazer política que vigoraram na modernidade. Entendemos que a cultura das mídias, com suas redes e múltiplas faces, é hoje constitutiva da produção das subjetividades e identidades sociais e que, nesse sentido, há um diálogo e uma reapropriação clara de seus formatos, linguagens, propostas e dilemas pelos mais diversos sujeitos históricos, entre os quais aqueles que se enquadram nas formas de atuação cultural que estamos descrevendo acima.

Percebemos, nesse processo, ganhos e recuos. Por um lado, alguns determinismos e simplificações que por vezes condenavam a cultura a um lugar secundário, na luta política, vão perdendo força. Há cada vez mais uma compreensão de que é preciso deslocar a luta também para o plano discursivo, para a produção simbólica do real, para as estratégias do dizer, nominar, classificar e controlar. Nesse sentido, as ONGs que agora atuam no plano cultural, ao elegerem como foco ações em torno de práticas midiáticas, estão participando de um importante deslocamento da luta política em torno de uma onipresente cultura das mídias, que precisa ser ocupada e desafiada, em um processo contra-hegemônico. Desse modo, sem dúvida, trata-se de uma outra forma de movimento social, que se deslocou dos paradigmas anteriores rumo a outras táticas e estratégias, nas quais o dizer tem importância fundamental e se apropriar dos meios de expressão e comunicação se revela prioritário.

Ao mesmo tempo, o descolamento da cultura, como produção de significação e luta discursiva, dos movimentos sociais concretos trouxe um

apagamento, em alguma medida, das formas coletivas de luta e da busca da transformação social da realidade, para além das transformações culturais e pessoais. Nesse sentido, em alguns de seus formatos, o uso político da cultura hoje a despolitizou, tecnicizando-a e subjetivando-a ao extremo — não mais cultura meio para os claros fins antes previstos (cidadania, consciência de classe, mudança social etc.), mas uma cultura fim, cultura produto, a ser adquirida através de uma ação pontual (oficinas, cursos, workshops etc.), de curta duração. Ação cultural que, sem dúvida, visa à transformação, mas deslocando esse movimento para os sujeitos afetados pela prática cultural, e não mais por uma ação contínua e coletiva de transformação social.

Percebemos, nesse movimento, uma busca permanente por estratégias de performance, em que modelos extraídos de uma cultura midiática espetaculizada são fortes referências. Nas palavras de George Yúdice (2004, p. 50), "a conveniência da cultura sustenta a performatividade como lógica fundamental da vida social de hoje". Nesse sentido, a cultura é um "recurso", como define Yúdice, muitas vezes "conveniente".

Algumas questões para finalizar: dias melhores?

Se analisarmos em termos quantitativos, sem dúvida houve um crescimento em termos de ações institucionais no campo da cultura na Baixada Fluminense. A partir de nosso levantamento, ainda em construção, foi possível mapear pelo menos 60 instituições, especialmente ONGs, que atuam na região promovendo cursos, oficinas e atividades, entre outras possibilidades, em termos culturais.

No entanto, há também um esvaziamento de uma ideia de cultura no que se refere a uma extensão em termos de ação política no sentido mais direto. Se, por um lado, as práticas culturais como estratégia de produção de sujeitos mais potentes têm sido cada vez mais utilizadas, os desdobramentos desse "empoderamento" via cultura em estratégias de luta mais organizada, visando à

transformação coletiva de situações de desigualdade e opressão, têm sido menos significativos. Sem recairmos em um reducionismo de colocarmos a cultura a reboque da ação política (e tomando o cuidado para não desmerecer tais novas formas de atuação social⁸), percebemos que, ao mesmo tempo que a proliferação de ações no campo da cultura implica o reconhecimento de sua centralidade e da necessidade de disputa também no que tange à produção de sentidos, há também perdas no que se refere à busca de processos de transformação em medida mais profunda. Estamos diante de novas formas de luta, sem dúvida, mas que trazem em seu bojo tanto uma adaptabilidade aos novos tempos quanto uma série de concessões ao capital, à lógica mercadológica, ao individualismo, ao controle dos órgãos de fomento públicos ou privados, às convenções do espetáculo e da performance, a uma despolitização em seu sentido moderno (de participação coletiva nos processos de transformação social).

Quando analisamos, em nosso trabalho de campo, as diversas formas de atuação das instituições que se inserem no campo da cultura na Baixada Fluminense, evidentemente nos deparamos com nuances significativas entre elas. Existem algumas ONGs que claramente estão sintonizadas com esses novos valores, em que a compreensão da cultura como um fim a que se destina a ação empreendida é facilmente perceptível. Já em outras, é possível observar que há um esforço para além da utilização da cultura como um fim, restabelecendo seu lugar de mediação no sentido de criar condições para o “empoderamento” dos sujeitos, a fim de ajudá-los na construção de uma inserção mais atuante na sociedade em que vivem. Ainda assim, a ênfase em grande parte recai sobre uma espécie de responsabilidade moral deixada ao sujeito a quem são dirigidas as atividades culturais propostas. De certa forma, não se pretende um trabalho a longo prazo com os mesmos sujeitos, mas a recorrente elaboração de projetos de curto/médio prazo, que funcionam no tempo de financiamento dos editais e que não preveem uma continuidade em termos de ações efetivas de mudança coletiva.

8 Como nos lembra Yúdice (2004, p. 46), “há vários sentidos em que a ideia de conveniência da cultura como reserva disponível pode ser compreendida aqui, mas quero deixar claro desde o início que não é meu propósito desestimar essa estratégia como uma corrupção da cultura”.

O que percebemos é que, ainda dentro dos parâmetros de uma cultura midiática homogênea, a lógica que predomina é a da volatilidade, a da rápida substituição de um produto por outro, a de ações que precisam de visibilidade e resultados rápidos para garantir a continuidade de outras ações por parte da instituição contemplada com os recursos. Nesse movimento, há um descolamento da ação institucional das lutas políticas locais, em especial com o enfraquecimento e quase desaparecimento das associações de moradores.

Acreditamos que um caminho para conjugar as perdas e os ganhos das novas formas de fazer políticas culturais seria o resgate, dentro de novas perspectivas, de uma vertente militante e cidadã. Nesse sentido, gostaríamos de citar um exemplo que consideramos bem-sucedido, em que percebemos as possibilidades de intermediação entre formas diferentes de percepção da ideia de cultura, sem perder de vista sua centralidade. Trata-se da rede Enraizados, de Morro Agudo, Nova Iguaçu, sobre a qual já temos falado em outros trabalhos.⁹

Os Enraizados são, sem dúvida, claros adeptos de novas formas de fazer política cultural. Contemplados com editais como Cultura Viva, Ponto de Cultura, Pontão de Cultura e Agente Jovem, entre outros, a instituição se enquadra de forma clara nos aspectos que descrevemos acima: suas atividades são financiadas por editais, há uma enorme preocupação com a visibilidade dada às ações, existe uma interseção permanente com as NTCIs (novas tecnologias de comunicação e informação) e com a cultura midiática (tanto em termos de produtos gerados — filmes, CDs, jornal, radioweb, site, blog etc. — quanto, e principalmente, nas formas de comunicação interna e externa, incluindo aí uso estratégico das redes sociais), e há concentração das ações para público adolescente e jovem etc. Nesse sentido, a rede Enraizados não se diferencia de tantos outros grupos que atuam no campo da cultura na Baixada Fluminense.

Mas, ao contrário de outras instituições, que migraram suas sedes administrativas para fora da Baixada Fluminense, embora mantenham suas

9 Cf.: ENNE (2008, 2009, 2011).

ações na região, os membros do grupo, bem como a sede em que trabalham, estão literalmente enraizados em Morro Agudo. Para além disso, a articulação com as lideranças locais e moradores é constante, criando uma integração maior com a comunidade de entorno. Seus principais idealizadores, Dumontt e Dudu de Morro Agudo, procuram realçar, em suas falas e posturas, o quanto é importante conjugar perspectivas de ação do tipo mais global (nas quais são fundamentais as NTCIs e o domínio de uma lógica claramente midiática) com engajamentos locais, visando provocar mudanças sociais para os que vivem na região em que atua o movimento.

Mais ainda: há uma preocupação constante dos Enraizados com a militância social. Há um entendimento de que é necessária, concomitantemente ao desenvolvimento de estratégias mais curtas e de maior espetacularização, a manutenção de outras de longo prazo e mais internalizadas, de formação de agentes para dar continuidade às ações do grupo e propagá-las, em uma formação de militância crítica, visando à nucleação dos trabalhos para além da própria instituição. Para isso, os Enraizados criaram o Cefam (Centro de Estudos e Formação de Militância), que vem atuando na formação de militantes, através de encontros semanais para estudo, discussão, palestras, dinâmicas e elaboração de planos de ação, muitas vezes tendo como referência reflexiva exatamente o universo da cultura midiática. Hoje, a maior parte dos envolvidos diretamente nas atividades da instituição é oriunda do Cefam, permitindo ampliação dos agentes envolvidos e maior nucleação e engajamento de pessoas da comunidade em que são desenvolvidas as atividades. Ao mesmo tempo, essa formação é marcada por um viés crítico, de contestação hegemônica, buscando fortalecer não uma visão contemplativa e refletora da cultura midiática, mas práticas de resistência e alternativa, buscando novas formas de fazer midiático e apropriação cultural. Tais esforços podem ser percebidos não somente nas atividades desenvolvidas por esses agentes dentro dos trabalhos dos Enraizados mas também nos principais produtos culturais que a rede gera. Há, nesse sentido, uma busca por desenvolver a consciência crítica, estimular a militância, promover

o trabalho coletivo e trabalhar em prol de mudanças sociais em larga escala e de forma partilhada, evitando as soluções individualizadas. Acreditamos que esse é um caso de sucesso da conjugação de visões diferentes acerca do lugar da cultura, o que nos mostra que o caminho não precisa ser, necessariamente, de substituição de um modelo pelo outro, mas de busca por novas formas de intervenção na realidade sem que se perca de vista o importante lugar da cultura como forma e lugar de disputas, e não como um fim em si mesmo. Como nos lembra Terry Eagleton (2005, p. 51-52), "estamos presos, no momento, entre uma noção de cultura debilitantemente ampla e outra desconfortavelmente rígida, e que nossa necessidade mais urgente nessa área é ir além de ambas".

Referências

BHABHA, H. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 2002.

EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. São Paulo: Unesp, 2005.

ENNE, A. L. "A favela tá atuando e dispensando os dublês: Rede Enraizados e as múltiplas possibilidades de atuação comunicacional". In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 34, 2011, Recife.

_____. "Práticas de comunicação entre jovens de baixa renda da Baixada Fluminense: uma etnografia de novas formas de resistência e re-existência". In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, Buenos Aires, 2009.

_____. "Práticas midiáticas e disputas por hegemonia: reflexões a partir de estudos de caso na Baixada Fluminense". In: COUTINHO, E. (Org.). *Mídia e Hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2008.

FEATHERSTONE, M. *O desmanche da cultura*. São Paulo: Nobel, 1997.

HALL, S. "A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo". *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n. 2, jul./dez. 1997.

_____. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

KUPER, A. *Cultura, a visão dos antropólogos*. Bauru: Edusc, 2002.

MORRO AGUDO, D. de. *Enraizados, os híbridos glocais*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2010.

NASCIMENTO, C. S. "Além da imagem": experiências e memórias populares através da TV Maxambomba. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

YÚDICE, G. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.